



06 DE OUTUBRO DE 2017

Sexta-feira

- MINISTÉRIO E CENTRAIS FIRMAM ACORDO SOBRE SALDO RESIDUAL
- TRABALHADORES DOS CORREIOS DE SP E RJ ACEITAM PROPOSTA DO TST
- EM GREVE, FUNCIONÁRIOS DA UNILEVER FAZEM ATO CONTRA DEMISSÕES E TERCEIRIZAÇÃO EM VINHEDO
- DIA NACIONAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA É CELEBRADO NO SENADO FEDERAL
- NOVIDADES LEGISLATIVAS – APROVADO O REFIS
- INDICADOR DE CUSTOS INDUSTRIAIS: CUSTOS INDUSTRIAIS CRESCEM 0,8% NO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2017
- MEDO DO DESEMPREGO ATINGE SEGUNDO MAIOR PATAMAR DA SÉRIE HISTÓRICA
- ASSOCIAÇÃO COMERCIAL PEDE QUE ALEP DETENHA PROJETO DO IMPOSTAÇO DE BETO RICA
- SENADO APROVA MP DO REFIS E TEXTO SEGUE PARA O PLANALTO
- GOVERNO DEVE DEIXAR DE ARRECADAR R\$ 6,4 BI COM REFIS
- EMPRESAS TAMBÉM PODEM SACAR FGTS
- OTIMISMO COLOCA REFORMAS EM RISCO
- EXPORTAÇÃO DE VEÍCULOS É A MAIOR EM 12 ANOS
- VENDA DE VEÍCULOS PARA FROTISTAS E EMPRESAS ANIMA MONTADORAS
- VENDA CRESCE, E ESTOQUE DA INDÚSTRIA DE MÁQUINA AGRÍCOLA ESTÁ AJUSTADO
- FIAT TORO PASSA POR RECALL POR FALHA NA INJEÇÃO
- PRODUÇÃO EM ALTA TRAZ EMPREGO DE VOLTA
- MONTADORAS ELEVAM PRODUÇÃO DE CAMINHÕES EM 27,3%
- ANFAVEA PREFERE CAUTELA COM PROJEÇÃO DE VENDAS
- ANFAVEA TRABALHA COM EXPECTATIVA DE DEFINIÇÃO DO ROTA 2030 ATÉ O FIM DO ANO
- MINISTÉRIO DA FAZENDA RESISTE À PERDA DE ARRECADAÇÃO E BARRA ROTA 2030
- PETROBRAS ANUNCIA ALTA DE 1,90% NO PREÇO DA GASOLINA E DE 0,60% NO DIESEL

- TOYOTA PLANEJA MONTAR NOVO AURIS NO REINO UNIDO POR ACREDITAR EM ACORDO DE TRANSIÇÃO PARA BREXIT
- UE DECIDE SOBRETAXAR AÇO LAMINADO A QUENTE DO BRASIL POR DUMPING
- MINÉRIO MERGULHOU EM SETEMBRO? A EXPLICAÇÃO PODE ESTAR NAS EXPORTAÇÕES DA AUSTRÁLIA
- SAIBA A DIFERENÇA ENTRE O METALON E O TUBO QUADRADO DE AÇO
- RESULTADO DA INFLAÇÃO É REFLEXO DA POLÍTICA ECONÔMICA ADOTADA, DIZ TEMER
- IPCA EM 12 MESES TEM PRIMEIRA ALTA DESDE AGOSTO DE 2016
- COMBUSTÍVEIS SOBEM 1,91% E GERAM O MAIOR IMPACTO NO IPCA DE SETEMBRO, DIZ IBGE
- CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL FECHA SETEMBRO COM ALTA DE 2,3%, DIZ CCEE

CÂMBIO EM 06/10/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,157	3,157
Euro	3,703	3,705

Fonte: Bacen

Ministério e centrais firmam acordo sobre saldo residual

06/10/2017 - Fonte: Ministério do Trabalho

Termo de mediação prevê destinação de parte dos recursos para ações de combate ao trabalho infantil e ao trabalho escravo



O ministro do trabalho, Ronaldo Nogueira, participou na manhã desta quinta-feira (5) de uma reunião com as centrais sindicais, mediada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), para sanar questões referentes a recursos aferidos a partir da contribuição sindical, não distribuídos às entidades. Na audiência, realizada na sede do MPT em

Brasília, foi firmado um termo de mediação com os ritos de atuação do Ministério do Trabalho e das centrais sindicais.

Ronaldo Nogueira destacou o importante papel desempenhado pelo MPT na mediação do conflito. “As centrais sindicais apresentaram suas reivindicações e ocorreu certo litígio sobre a destinação dos recursos oriundos do resíduo de saldo de contribuições sindicais. A mediação trouxe pacificação do entendimento, dentro dos parâmetros de legalidade. Iniciativas como esta têm de ser incentivadas e valorizadas”, afirmou o ministro.

Histórico – Na ocasião do recolhimento da contribuição sindical, por parte de empresas, no período de 2008 a 2015, ocorreram erros no preenchimento de códigos identificadores das entidades de representatividade. Por essa razão, os recursos recolhidos permaneciam em conta específica do Ministério do Trabalho, resultando no resíduo hoje requerido pelas centrais sindicais.

No termo assinado nesta quinta-feira está prevista a formação de um Grupo de Trabalho (GT) responsável pela edição de uma portaria contendo os ritos para aferição de recursos e sua devida destinação. Esse GT deverá incluir, no mínimo, um representante de cada central sindical, um representante da Caixa Econômica Federal e um representante da Advocacia Geral da União, a serem indicados pelas instituições. Ficou definido o dia 28 de outubro para publicação da portaria.

Em relação ao saldo residual de contribuição, seus beneficiários, quando identificados, receberão os valores devidos; quando não identificados, os recursos deverão ser divididos proporcionalmente entre as entidades de representação.

Outra medida decidida foi a revogação de ato normativo que suspendia a análise de processos de pedidos de restituição de contribuição sindical, retomando o curso de processos em ordem cronológica de representação. Cerca de 500 processos terão seu rito de análise retomado.

Destinação de recursos – Parte importante do acordo se deu em atendimento a uma solicitação do MPT. As centrais sindicais concordaram em destinar 15% do valor do saldo residual da contribuição sindical a programas de erradicação do trabalho infantil e ações de combate ao trabalho escravo.

“O grande ganho desta mediação foi a destinação de parte dos recursos para ações de combate ao trabalho escravo e ao trabalho infantil”, afirmou Ronaldo Nogueira, que destacou ainda o acolhimento da proposta do MPT pelas entidades. “É necessário enaltecer o gesto das centrais sindicais, que abrem mão de recursos que eram de direito para o investimento em programas que são importantíssimos para o país”, salientou o ministro.

Participaram da audiência representantes da Advocacia Geral da União e da Caixa Econômica Federal.

Trabalhadores dos Correios de SP e RJ aceitam proposta do TST

06/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

Os trabalhadores dos Correios de São Paulo e do Rio de Janeiro votaram nesta quinta (5) pela aceitação do acordo coletivo proposto na quarta (4) pelo Tribunal Superior do Trabalho. Os funcionários estavam em greve desde o dia 19 de setembro.



Segundo os Correios, mais de mil empregados retornaram ao trabalho hoje, a maioria carteiros. Cerca de 14 mil dos 108 mil trabalhadores estavam paralisados na manhã desta quinta, de acordo com levantamento da empresa. Segundo os sindicatos, os empregados devem retornar totalmente ao trabalho no sábado (7).

Os Correios entraram no dia 28 com uma ação pedindo dissídio coletivo junto ao TST para tentar pôr fim à greve. A decisão ocorreu depois que parte dos sindicatos ligados à Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (Findect) aderiram à paralisação.

A categoria pedia 10% de aumento nos benefícios, reajuste de R\$ 300 no salário e manutenção do acordo coletivo, incluindo o plano de saúde. Os Correios ofereceram 3% de aumento em salários e benefícios e parte do acordo.

Na tarde de quarta (4), o vice-presidente do TST, ministro Emmanoel Pereira, apresentou uma proposta de acordo coletivo que contempla reajuste de 2,07% retroativo ao mês de agosto de 2017, compensação de 64 horas (8 dias) e desconto dos demais dias de ausência, além da manutenção das cláusulas já existentes no acordo. A cláusula que trata do plano de saúde continua sendo mediada.

Hoje à tarde, vários sindicatos realizam assembleias em todo o país para votarem a proposta. O prazo para a realização dessas assembleias termina amanhã (6).

Segundo os Correios, a rede de atendimento está aberta em todo o Brasil e todos os serviços, inclusive o SEDEX e o PAC, continuam disponíveis. Apenas os serviços com hora marcada (Sedex 10, Sedex 12, Sedex Hoje, Disque Coleta e Logística Reversa Domiciliária) estão suspensos.

Em greve, funcionários da Unilever fazem ato contra demissões e terceirização em Vinhedo

06/10/2017 – Fonte: G1

Cerca de 450 trabalhadores ligados à produção na indústria estão parados há uma semana. Multinacional entrou na Justiça com pedido de conciliação, diz sindicato

Funcionários ligados à produção da multinacional Unilever em Vinhedo (SP) - responsável por linhas de higiene pessoal e limpeza - fizeram um ato em protesto contra demissões e terceirização de pessoal na entrada da indústria, nesta quinta-feira (5). Cerca de 450 trabalhadores estão parados, de acordo com o Sindicato dos Químicos da cidade. A greve teve início há uma semana, no dia 29 de setembro.

Por nota, a Unilever confirmou que as demissões fazem parte de um programa de reestruturação com o intuito de "manter a fábrica de Vinhedo competitiva por meio de ganho de eficiência no processo produtivo e da especialização da área de logística", feita por meio de terceirização. Ao todo 130 funcionários serão afetados, sendo a maioria do setor de logística.

Ao menos 100 pessoas, entre empregados, familiares e sindicalistas, levaram cartazes e fizeram uma grande roda na entrada da empresa nesta manhã. Segundo o sindicato, somente os funcionários terceirizados - portaria, limpeza, manutenção e administrativo - estão entrando na fábrica para trabalhar.

O diretor do sindicato, Diego Francisco Henrique, disse ao **G1** que no dia 22 de setembro foi anunciada a demissão de 130 trabalhadores, por conta da terceirização de um setor. Os trabalhadores parados abrangem as áreas mecânica, logística e de processos. A indústria da cidade tem, ao todo, cerca de 700 funcionários.

"Quando anunciou, a gente teve uma reunião. A proposta do sindicato é manter os postos de trabalho e a empresa quer um PDV [Plano de Demissão Voluntária]. Diz que quer fazer uma reestruturação e precisa contratar uma empresa terceira", afirma o diretor.



Ato ocorreu na entrada da fábrica da Unilever em Vinhedo (Foto: Sindicato dos Químicos de Vinhedo/Divulgação)

Segundo Henrique, que estima um prejuízo diário de R\$ 20 milhões para a empresa, a Unilever entrou na Justiça com um pedido de mediação e a audiência está marcada para o dia 10 de outubro no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Campinas (SP). Até lá, a greve será mantida, segundo a entidade.

A Unilever informou, ainda, que a empresa pediu à Justiça do Trabalho de Vinhedo "uma liminar para garantir o direito de ir e vir, a integridade física dos empregados, o que foi deferido, com multa de R\$ 100 mil por dia em caso de descumprimento pelo sindicato".

Redução salarial

O sindicato alega que haverá uma redução brusca nos salários para o setor fabril com a terceirização.

"A média salarial em Vinhedo para trabalhadores no setor fabril é de R\$ 4 mil bruto e os que vão ser contratados pela empresa terceira vão ser contratados por R\$ 1.270 bruto. [...] Além de precarização, a Unilever quer aumentar o lucro dela", afirma o diretor.

O faturamento da multinacional em 2016 foi de R\$ 15 bilhões, segundo a entidade.

Os funcionários que serão desligados terão alguns benefícios, segundo a Unilever, como "extensão do plano de saúde, assessoria para recolocação profissional e indenização por ano de trabalho superior ao que prevê a lei", diz a nota.

Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa é celebrado no Senado Federal

06/10/2017 – Fonte: MDIC



Em sessão solene, secretário Especial da Micro e Pequena Empresa destacou apoio do governo aos pequenos empresários

As ações do governo federal em prol das micro e pequenas empresas brasileiras foram destacadas durante sessão solene em comemoração ao Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa, celebrado nesta quinta-feira.

A solenidade foi realizada no Senado Federal e contou com a participação do secretário Especial da Micro e Pequena Empresa (Sempe), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), José Ricardo da Veiga, além do presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, e de parlamentares da Frente Parlamentar Mista da Micro e Pequena Empresa.

Veiga destacou em seu discurso as principais ações apresentadas pelo ministro Marcos Pereira ao presidente da República, Michel Temer, nesta quarta-feira (04), durante cerimônia no Palácio do Planalto.

Na ocasião foi lançada a Semana Nacional do Crédito, realizada durante o mês de outubro, em datas diferentes, em todo o país. Neste período, sete instituições financeiras irão disponibilizar R\$ 9 bilhões em crédito, sendo R\$ 8 bilhões para novos empréstimos e R\$ 1 bilhão para negociação de dívidas.

Durante o evento também foi anunciada a reformulação do Portal do Empreendedor, que tem como principal funcionalidade o cadastro dos Microempreendedores Individuais (MEI).

Segundo Veiga, as medidas anunciadas visam o desenvolvimento do setor e, conseqüentemente, de melhorias para o ambiente de negócios para as micro e pequenas empresas (MPE).

“As pesquisas demonstram que somente entre janeiro a agosto deste ano, as MPEs já geraram cerca de 320 mil vagas de emprego. Isso mostra que esse tem sido o segmento que vem agindo como sustentáculo para apoiar a retomada do crescimento e a geração de empregos no país”, frisou.

O secretário da Sempe também destacou a realização da 2ª plenária do Fórum Permanente da Micro e Pequena Empresa, realizada nesta quarta-feira.

O Fórum Permanente, previsto na Lei Complementar 123, é o espaço de interlocução entre o governo federal, as instituições nacionais de apoio e representatividade das Micro e Pequenas Empresas e os Fóruns Regionais das 27 unidades da Federação.

“A retomada deste fórum é uma oportunidade para discutirmos temas como acesso ao mercado, crédito facilitado para as MPEs, capacitação, o Simples Nacional, que completou 10 anos em 2017, entre outros temas. Mas é importante ressaltar que são cerca de 50 ações analisadas dentro desse Fórum”, reforçou.

Novidades Legislativas – Aprovado o Refis

06/10/2017 – Fonte: CNI

Confira nesta edição: Senado aprova Refis (Programa Especial de Regularização Tributária – PERT) e assunto segue à sanção.



Nesta Edição:

• Aprovado o Refis – Programa Especial de Regularização Tributária (PERT);

Aprovado o Refis – Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

O Plenário do Senado Federal aprovou hoje a MP 783/2017, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT).

A CNI é favorável à proposta, que compõe a PAUTA MÍNIMA DA INDÚSTRIA 2017.

O Senado retirou do texto encaminhado pela Câmara dos Deputados 4 artigos considerados como matéria estranha (arts. 14 a 18). Eles tratavam da presidência e vice-presidência das câmaras dos CARF, do voto de qualidade do CARF, de dívidas das Instituições de Ensino Superior e de dívidas de entidades religiosas e de ensino vocacional.

O texto aprovado traz significativas mudanças em relação ao texto original da MP. Entre as principais podemos citar:

- ✓ Permissão de adesão ao Programa pelas Micro e Pequenas Empresas optantes do Simples Nacional;
- ✓ Redução de 100% dos encargos legais, inclusive honorários advocatícios. No texto original eles eram reduzidos em 25%;
- ✓ Maior redução de multas: o percentual máximo de redução de multas previsto no PERT era de 50% e a Emenda aprovada eleva este valor para 70%;
- ✓ Inclusão de modalidade de pagamento em que 24% da dívida consolidada deve ser dada de entrada, a ser paga em 24 vezes;
- ✓ Possibilidade de utilização de créditos na PGFN para débitos abaixo de 15 milhões de reais, da mesma forma permitida no âmbito da SRF6;
- ✓ Redução do percentual de entrada de 7,5% para 5% para débitos abaixo de R\$ 15 milhões;
- ✓ Não tributação da cessão de créditos entre controladas e controladoras;
- ✓ Não tributação das reduções de juros, multas e encargos;
- ✓ Dispensa do pagamento de honorários;

A Medida segue para sanção.

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional de Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos
- CNIC/ICAL | Direção Executiva: Afonso Borges de Castro | Coordenação Técnica: Pedro Aloyso Kocoknar | Informações técnicas e solicitação de cópias dos documentos mencionados: (011) 3317-5332 percep@cni.org.br | Assessoria: Serviço de Atendimento ao Cliente (011) 3317-0699/0993 | sa@cni.org.br | Setor: Setor Normas, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen | CEP: 70345-903 Brasília, DF | (011) 3317-9001 | www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

Indicador de Custos Industriais: Custos industriais crescem 0,8% no segundo trimestre de 2017

06/10/2017 – Fonte: CNI

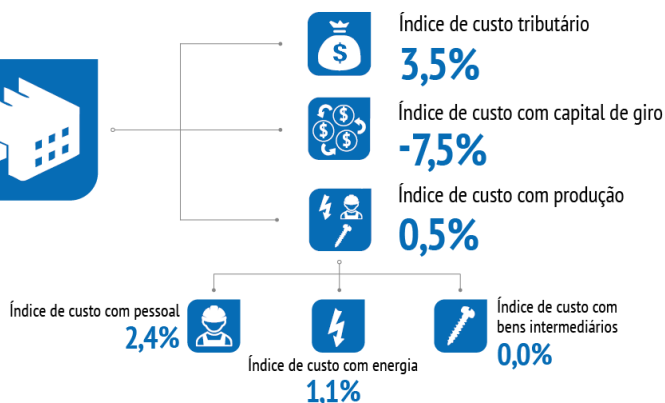
Custos industriais crescem 0,8% no segundo trimestre de 2017

O aumento foi puxado pelos intermediários importados, pelo custo tributário, e pelo custo com pessoal, e foi mitigado pela retração do custo com capital de giro, do custo com energia e do custo com intermediários domésticos.

Abril-Junho/2017

Varição do
2º tri/2017 em
relação ao
1º tri/2017
Dessazonalizado

Indicador
de Custos
Industriais
0,8%



Medo do desemprego atinge segundo maior patamar da série histórica

06/10/2017 – Fonte: CNI

Apesar dos sinais de recuperação da produção e do emprego, o índice de medo do desemprego atingiu o segundo maior valor da série histórica. O índice de satisfação com a vida permaneceu relativamente estável em um dos menores patamares da série.

Setembro/2017

Índice de Medo do Desemprego

67,7

Setembro/2017

Média histórica: 49,0

▲ **1,6**
ponto

Variação na
comparação com
julho/2017

▲ **6,5**
pontos

Variação na
comparação com
setembro/2016

Índice de Satisfação com a Vida

66,0

Setembro/2017

Média histórica: 69,9

▲ **0,1**
ponto

Variação na
comparação com
julho/2017

▼ **-1,0**
ponto

Variação na
comparação com
setembro/2016

Associação Comercial pede que Alep detenha projeto do imposto de Beto Richa

06/10/2017 – Fonte: Gazeta do Povo



A diretoria da Associação Comercial do Paraná encaminhou nesta quinta-feira (5) uma carta a cada um dos 54 deputados estaduais do estado questionando a tramitação do Projeto de Lei 557/2017, encaminhado pelo Palácio Iguazu à Casa, que institui um “impostação” de 256% sobre o ICMS e extingue a isenção de alíquotas das micros e pequenas empresas.

“A Associação Comercial do Paraná, no cumprimento de sua missão institucional, tem acompanhado, com bastante preocupação, o trâmite do Projeto de Lei 557, encaminhado pelo Governo do Estado a essa Assembleia Legislativa.

E constata que esse projeto, que é extremamente complexo, está tendo um andamento acelerado, incompatível com sua relevância e com os reflexos negativos que poderá trazer, caso transformado em lei, para as empresas paranaenses e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo”, diz o primeiro trecho da carta, assinada pelo presidente Glaucio Geara e pelo vice-presidente e coordenador do Conselho de Tributário, Leonardo Sperb de Paola.

**Excelentíssimo Senhor
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

Senhor Deputado

A Associação Comercial do Paraná, no cumprimento de sua missão institucional, tem acompanhado, com bastante preocupação, o trâmite do Projeto de Lei 557, encaminhado pelo Governo do Estado a essa Assembleia Legislativa. E constata que esse projeto, que é extremamente complexo, está tendo um andamento acelerado, incompatível com sua relevância e com os reflexos negativos que poderá trazer, caso transformado em lei, para as empresas paranaenses e, conseqüentemente, para a sociedade como um todo.

Das muitas questões de que esse texto trata, chama a atenção, em seu art. 30, a mudança da tabela do ICMS para as empresas enquadradas no Simples Nacional. Embora se alegue buscar, com isso, apenas uma adequação da lei paranaense às alterações introduzidas em âmbito nacional pela Lei Complementar 155/16, há sérias dúvidas quanto ao seu impacto sobre essas empresas. Nesse sentido, por exemplo, as entidades de representação da classe contábil, caso do Conselho Regional de Contabilidade e do Sindicato das Empresas Contábeis do Estado do Paraná, apontam para um efetivo aumento da carga tributária em todas as faixas de incidência da nova tabela.

Diante disso, é fundamental que, em primeiro lugar, seja reduzido o ritmo de apreciação do projeto por essa Assembleia, de modo que suas muitas disposições possam ser analisadas e discutidas com mais vagar, e, especialmente, para que seus efeitos sejam adequadamente dimensionados. E, em segundo, que, a se confirmar o impacto negativo da nova tabela, sejam feitas as adequações necessárias a neutralizá-lo, garantindo que não haverá nenhum aumento de ICMS para as micro e pequenas empresas paranaenses.

Por fim, a ACP coloca-se à disposição para dialogar sobre o tema.

**Gláucio José Geara
Presidente**

**Leonardo Sperb de Paola
Vice-Presidente e Coordenador
do Conselho de Tributário**



Íntegra da carta enviada pela Associação Comercial do Paraná à Assembleia Legislativa

“Das muitas questões de que esse texto trata, chama a atenção, em seu art. 30, a mudança da tabela do ICMS para as empresas enquadradas no Simples Nacional. Embora se alegue buscar, com isso, apenas uma adequação da lei paranaense às alterações introduzidas em âmbito nacional pela Lei Complementar 155/16, há sérias dúvidas quanto ao seu impacto sobre essas empresas.

Nesse sentido, por exemplo, as entidades de representação da classe contábil, caso do Conselho Regional de Contabilidade e do Sindicato das Empresas Contábeis do Estado do Paraná, apontam para um efetivo aumento da carga tributária em todas as faixas de incidência da nova tabela.

Diante disso, é fundamental que, em primeiro lugar, seja reduzido o ritmo de apreciação do projeto por essa Assembleia, de modo que suas muitas disposições possam ser analisadas e discutidas com mais vagar, e, especialmente, para que seus efeitos sejam adequadamente dimensionados.

E, em segundo, que, a se confirmar o impacto negativo da nova tabela, sejam feitas as adequações necessárias a neutralizá-lo, garantindo que não haverá nenhum aumento de ICMS para as micros e pequenas empresas paranaenses. Por fim, a ACP coloca-se à disposição para dialogar sobre o tema”, finaliza o texto.

Senado aprova MP do Refis e texto segue para o Planalto

06/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Senado aprovou nesta quinta-feira (5) a medida provisória do Refis, às vésperas do prazo máximo para que o texto não perdesse validade. A medida permite que

empresas e pessoas físicas com dívidas assumidas com o fisco parcelam os débitos com descontos de juros e multas.

A MP expiraria na próxima quarta-feira (11) se não fosse validada pelo Congresso. O texto segue agora para avaliação do presidente Michel Temer, que pode sancioná-lo integralmente ou com vetos.

A aprovação se deu de forma simbólica, ou seja, não houve votação nominal dos senadores. O plenário estava esvaziado, mas houve um acordo entre os líderes partidários para dar celeridade e concluir a votação do texto.

"JABUTIS"

Os senadores modificaram o texto aprovado na Câmara dos Deputados, retirando itens que eles consideraram "estranhos" ao Refis.

Como as exclusões foram feitas por meio de requerimentos de impugnação, não é necessário que o texto retorne à Câmara.

Foram barrados o perdão de dívidas e a isenção de impostos a igrejas e instituições de ensino vocacional, que haviam sido aprovados pelos deputados.

Os senadores Ataídes Oliveira (PSDB-TO), relator do projeto, Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE) e Lindberg Farias (PT-RJ) apresentaram também requerimentos para excluir as mudanças no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

O plenário da Câmara dos Deputados havia decidido que o voto de desempate no conselho seria sempre favorável ao contribuinte, o que poderia colocar em risco arrecadação do governo que está em discussão no Carf.

"Vejo necessidade [em aprovar a MP], mas por outro lado não posso concordar e admitir essa malandragem que a Câmara fez de colocar essas duas emendas", afirmou Ataídes. "Neste momento ele [o Refis] é bem-vindo aos empresários porque eles tiveram que deixar de pagar impostos para pagar folha de pagamento e fornecedores".

O Senado também retirou do texto da medida provisória a concessão de créditos tributários a universidades privadas que participaram do Proies (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior).

Criado em 2012, o programa permitia que as instituições de ensino pudessem converter dívidas tributárias em bolsas de estudo. O texto aprovado na Câmara propunha transformar em créditos tributários valores aplicados em bolsas e que superaram as dívidas, o que comprometeria a arrecadação de impostos no futuro.

A previsão inicial do governo era arrecadar R\$ 13 bilhões com o Refis, mas projeção foi reduzida na última revisão orçamentária para R\$ 8,8 bilhões, diante das dificuldades na tramitação do assunto no Congresso.

Segundo Bezerra, porém, a previsão é que o Refis arrecade mais: R\$ 10 bilhões neste ano. A previsão de renúncia fiscal, ainda segundo o senador, é de R\$ 35 bilhões.

Governo deve deixar de arrecadar R\$ 6,4 bi com Refis

06/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

A medida provisória que cria o novo programa de parcelamento de dívidas tributárias, o Refis, passou ontem pelo Senado e segue agora para sanção do presidente Michel Temer, com uma perspectiva bem menor de arrecadação por parte do governo. Depois de uma série de idas e vindas na negociação da medida com os deputados, a equipe

econômica estima que vai deixar de arrecadar R\$ 6,4 bilhões este ano – metade da previsão inicial de R\$ 13 bilhões do Relatório de Receitas e Despesas.

Há nove meses, governo e deputados tentam chegar a um acordo sobre a nova versão do Refis. De um lado, a arrecadação do programa é importante para o cumprimento da meta fiscal deste ano, que permite rombo de até R\$ 159 bilhões. Por outro lado, deputados – que também são devedores do Fisco – insistiam em regras mais generosas para o parcelamento das dívidas e usaram o programa como moeda de troca para todo o tipo de negociação.

O governo se viu encurralado a ceder porque precisa dos votos dos parlamentares da base para conseguir barrar a segunda denúncia contra o presidente pelos crimes de formação de quadrilha e obstrução à Justiça.

Desde o início do envio da MP ao Congresso, foi grande a controvérsia em torno das previsões de perdas do Refis. Uma queda de braço ocorreu com os parlamentares defensores de um perdão maior com a MP e os técnicos do governo. Os deputados alegaram que a Receita exagerara na previsão das perdas na tentativa de barrar a votação da MP com descontos generosos. Na área técnica do governo, o desconforto é grande.

Na semana passada, a secretária do Tesouro, Ana Paula Vescovi, havia informado que a perda de arrecadação com o texto-base da MP aprovado na Câmara seria de R\$ 5 bilhões. Cálculos da área técnica obtidos na época pelo Estadão/Broadcast indicavam uma perda de até R\$ 5,6 bilhões. A MP aprovada pelos senadores é quase idêntica ao texto aprovado pelos deputados, já que os senadores retiraram as emendas incluídas pela Câmara.

Os senadores retiraram benefícios dados pelos deputados a igrejas, entidades religiosas e instituições de ensino vocacional sem fins lucrativos, além de universidades privadas. Essas alterações aconteceram, porém, por meio de requerimentos de impugnação, instrumento parlamentar que retira partes do texto que não dizem respeito ao mérito da questão.

Na avaliação do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), dessa forma, a MP não precisa voltar a ser apreciada pelos deputados e não corre o risco de perder a validade (o prazo para votar seria até o dia 11). Apesar disso, técnicos da Câmara dizem que essa manobra pode ser contestada.

Em São Paulo, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, previu perda de R\$ 3 bilhões na arrecadação em 2017 com o projeto aprovado pelo Senado. Como o governo contava com R\$ 9,6 bilhões para este ano com as adesões que já foram feitas, esse valor cai para R\$ 6,6 bilhões, 49,23% a menos do que o previsto inicialmente quando a MP foi enviada em janeiro.

Para 2018, a perda estimada pelo ministro é de R\$ 900 milhões em relação ao previsto. Ele afirmou que estuda recomendar o veto ao artigo que trata da exclusão do programa de quem deixar de pagar as parcelas.

Empresas também podem sacar FGTS

06/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Poucos empresários sabem, mas a Caixa guarda em seus cofres um volume de recursos que pode ser resgatado por empresas que depositaram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) entre 1966 (criação do FGTS) e 1988 (Constituição) para trabalhadores que optaram por não receber o fundo.

Mesmo que não optassem – decisão extinta na Constituição de 1988, quando o FGTS foi estendido para todos os trabalhadores -, as empresas eram obrigadas a depositar 8% do pagamento dos seus funcionários em uma conta denominada individualizada, e não na conta vinculada, onde é depositado no FGTS convencional.

Quem não optasse pelo benefício ganhava estabilidade no emprego ao completar dez anos de trabalho. A conta individualizada do FGTS foi criada quando as empresas passaram a demitir as pessoas com nove anos de casa, evitando assim o depósito do FGTS e a estabilidade. Para proteger o trabalhador, o governo obrigou o depósito na conta individualizada.

Nas contas do advogado Marcello Luna, do escritório Luna Freire e Oliveira Advogados Associados, o saldo na Caixa da conta individualizada gira em torno dos R\$ 3 bilhões, recursos que serão incorporados ao patrimônio do banco se não for resgatado no prazo de um ano.”

Tempo

Em outubro de 2018 a Constituição faz 30 anos e esse direito de resgate acaba, poucos sabem disso”, informa o advogado.

De acordo com Luna, que no momento trabalha na recuperação desses créditos para o time de futebol carioca Fluminense e do Sindicato das Indústrias de Construção Civil do Rio de Janeiro (Sinduscon), os dois clientes, somados, devem conseguir cerca de R\$ 500 mil. “Se a empresa estiver organizada, com seus papéis em dia, o resgate ocorre em poucos meses – cinco, no máximo”, estima.

Ele explicou que, na grande maioria dos casos de resgate, as empresas aproveitam para quitar as dívidas que possuem com o FGTS. A conta individualizada é separada em duas listas, segundo Luna, para as empresas com mais de R\$ 1 milhão a receber e as com menos de R\$ 1 milhão – essas últimas são responsáveis por 90% do saldo.

A Caixa, por meio da assessoria de imprensa, confirmou que existe um saldo a ser resgatado pelas empresas, mas alegou que o cálculo dos valores é individual e não pode ser divulgado.

“Para apuração dos valores envolvidos, torna-se necessário que cada empregador se habilite junto aos representantes do Ministério do Trabalho, para que, individualmente, possam ser descritos os valores passíveis de movimentação pela empresa”, disse o banco, em nota.

Por um amigo, o gerente administrativo e financeiro do Sindicato da Construção do Rio de Janeiro (Sinduscon), Raul Carvalho, soube que o advogado Marcello Luna havia levado uma proposta de resgate do FGTS Empresarial ao centenário Colégio São Bento. “Perto de completar cem anos (2019), o Sinduscon também poderia ter algo a receber, mostrei nossos arquivos e estamos quase para receber. Fiquei surpreso.”

Organização

A história ocorreu em julho, e a expectativa é de que já este mês o dinheiro já entre na conta do sindicato patronal. Ter uma contabilidade e um setor de recursos humanos organizados foi fundamental para o pleito junto à Caixa andar tão rápido, diz o executivo.

“Quando o advogado entra com o pedido a Caixa pede a lista de todos os funcionários daquela época, tem que estar preparado, e como a gente tem tudo bem organizado foi rápido.

Otimismo coloca reformas em risco

06/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

A economia brasileira passou a surfar numa onda de indicadores positivos que apontam para a retomada do crescimento, mas o otimismo com o fim da recessão pode retardar a aprovação de reformas essenciais para garantir a sustentabilidade das contas públicas.

Na avaliação de fontes do governo e do mercado, o risco é de um otimismo exagerado levar o Congresso a empurrar para depois das eleições de 2018 as votações mais importantes da agenda econômica, com a desculpa de que o PIB já pegou tração e não precisa mais da urgência das reformas.

Na quinta-feira, 5, a Bolsa chegou a tocar no patamar histórico de 78 mil pontos impulsionada pelo otimismo com a recuperação da economia, mas, ao longo do dia, o mercado perdeu fôlego e acabou fechando praticamente estável, em 76.617 pontes. Para fontes da equipe econômica e economistas, o adiamento de reformas, como a previdenciária e a tributária, pode abortar o crescimento sustentável nos próximos anos. Sem uma solução duradoura, o governo não será capaz de interromper a sequência de rombos em suas contas.

Para o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Eduardo Guardia, o Brasil não pode conviver por um longo período com déficits primários – a previsão do governo é de que as receitas voltarão a superar despesas só em 2021. “Um país não pode conviver com déficits de 2% do PIB. Ponto. Algo terá que ser feito”, disse Guardia ao **Estadão/Broadcast**. Segundo ele, a reforma da Previdência continua sendo prioridade do governo e a proximidade das eleições não altera essa necessidade.

Guardia credita a melhora dos indicadores econômicos – que estimula a retomada do consumo e a melhoria do crédito – à confiança, que criou um ambiente “pró-negócios” favorecido pelas mudanças nos marcos regulatórios das concessões e das regras trabalhistas.

Para o economista Paulo Picchetti, da FGV, o principal pilar da retomada é o consumo interno e externo (com impulso às exportações), mas ele ressalta que há um limite para a expansão nessas bases. “Do ano que vem para frente, os investimentos terão de tomar esse papel de indutor do crescimento”, diz. Picchetti alerta que, sem as reformas, certamente esse ciclo expansivo fica em risco.

O secretário de Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Marcos Ferrari, avalia que a atual crise se assemelha à que os Estados Unidos tiveram recentemente. “Teremos uma recuperação lenta e robusta. Ela difere das nossas crises anteriores, que atingiu nível pré-crise poucos trimestres depois.”

Segundo Ferrari, o Brasil só atingirá o nível do PIB de 2014 em 2020. Para ele, a recuperação já é robusta, mas sem crescimento rápido no curto prazo. “Vai demorar alguns trimestres para o País voltar a ter um crescimento mais acelerado”, afirma.

Com a janela de votações no Congresso encurtada depois da apresentação da segunda denúncia contra o presidente Michel Temer, lideranças governistas têm minimizado o impacto na economia do adiamento das reformas. O próprio presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), já disse que o “ciclo fiscal” de 2018 está resolvido em função das receitas de concessões e privatizações e que os agentes econômicos não contam mais com a aprovação da reforma da Previdência.

Especialista em contas públicas, o economista-chefe da Tullett Prebon, Fernando Montero, diz que o mercado começa a projetar taxas de juros e PIB mais “amigáveis” à dinâmica da dívida pública. “Mas nada disso resolve. O cenário externo pode mudar,

a crise política continua, urgem as reformas e um ano eleitoral é sempre perigoso. Celebramos um ciclo mais benévolo. Forçoso é perguntar: onde estaríamos com a reforma da Previdência em andamento?”

Exportação de veículos é a maior em 12 anos

06/10/2017 – Fonte: Diário do Grande ABC



A exportação de veículos por montadoras brasileiras bateu recorde para o período entre janeiro e setembro ao atingir a maior marca em 12 anos. Para os nove primeiros meses de 2017, cerca de 566,3 mil unidades foram comercializadas a outros países. O recorde anterior era o de 2005, quando 547 mil unidades haviam passado pelas fronteiras do Brasil.

Em relação à mesma época do ano passado, o volume exportado é 55,7% maior, ao saltar de 363,7 para 566,3 mil unidades. Os dados são do levantamento mensal da Anfavea (Associação Nacional das Fabricantes de Veículos Automotores) e inclui carros de passeio, comerciais leves (que englobam picapes e utilitários), caminhões e ônibus.

Na avaliação do especialista em cadeia automotiva da FGV (Fundação Getulio Vargas) Antonio Jorge Martins, esse comportamento exportador não é algo momentâneo. “A estratégia veio para ficar, esse ritmo maior é importante para equilibrar o nível de produção, principalmente quando o mercado interno está em baixa.”

Na esteira do bom desempenho do mercado externo, a produção de veículos aumentou 27% entre os meses de janeiro e setembro, na comparação com 2016, totalizando 1,987 milhão de unidades, melhor marca desde 2014.

No mês, saíram das fábricas 236,9 mil veículos, alta de 39,1% antes as 170,3 mil unidades em setembro de 2016. Já em relação a agosto, houve queda de 9,2%, o que foi justificado pela Anfavea pelo fato de o mês passado ter tido três dias úteis a menos que agosto, além de feriado prolongado.

Para Rogério Goldfarb, primeiro vice-presidente da Anfavea, “o mês de setembro reforça a visão de que o período de contração acabou, e que o setor já entrou em tempo de recuperação”. O diretor da consultoria ADK Automotive, Paulo Roberto Garbossa, completa, e avalia que a tendência é manter os bons resultados. “Tem muito lançamento chegando por aí até o fim do ano, o que deverá aquecer o mercado.”

Apesar dos recentes resultados positivos, porém, Goldfarb alerta que é necessário “cautela quanto à magnitude desse crescimento”. Martins concorda que o setor não superou a recessão de forma definitiva. “Ainda não temos base de sustentação exata.” Garbossa, por sua vez, analisa que “é melhor crescer aos poucos do que ficar nessa gangorra, de ir bem em um mês e despencar no outro”.

Diante do resultado, a Anfavea manteve suas projeções para o ano, de incremento de 25,2% na produção e de 43,3% nas exportações.

SINERGIA - A movimentação verificada na produção está alinhada com o ritmo dos emplacamentos. Segundo a Fenabrave (Federação Nacional das Fabricantes de

Veículos Automotores), as vendas caíram 8% em setembro. "O feriado atrapalhou um pouquinho."

Em relação ao mesmo mês de 2016, a alta é de 24,5%, com 199,2 mil veículos emplacados. No acumulado do ano, o cenário também é melhor, com crescimento de 7,4% nos licenciamentos, somando 1,620 milhão de unidades.

Venda de veículos para frotistas e empresas anima montadoras

06/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O setor de vendas diretas das montadoras tem trabalhado bastante. A participação nos emplacamentos desse tipo de negócio (comercialização de veículos a frotistas e demais empresas) passou de 33% para 39,4% no acumulado de 2017 (janeiro a setembro) em relação ao mesmo período de 2016.

Enquanto a comercialização no varejo caiu 2,3% nos primeiros nove meses do ano, as vendas diretas subiram 28,6%. O cálculo feito pela Fenabreve (entidade que reúne os revendedores de automóveis) leva em consideração carros de passeio e veículos comerciais leves.

De acordo com representantes da Anfavea (associação de montadoras), essa oscilação é típica de períodos de recuperação, quando há bases baixas para comparação- em 2016, as vendas e a produção regrediram aos mesmos patamares de 2006.

Contudo, mostra que há certa estabilidade nas vendas no varejo, que ainda não reagiu. A constatação é comprovada por pesquisa feita pela J.D. Power em parceria com o banco Itaú.

O levantamento ouviu 6.700 consumidores que acessaram o portal iCarros, que pertence ao banco. Desses, 22% se disseram interessados em adquirir um modelo novo, enquanto os outros 78% afirmaram buscar um usado. Em 2016, o número de interessados em um carro zero-quilômetro era de 24%.

"O mercado automobilístico está se recuperando, já atingimos o fundo do poço. As entrevistas nos permitem dizer que essa questão percentual de interesse de compra tende a ser mantida", diz Fabio Braga, diretor da J.D. Power do Brasil.

As montadoras aguardam ansiosas que essa intenção se converta efetivamente em emplacamentos para pessoas físicas. Porém, isso depende da retomada do crédito: a pesquisa mostra que 68% dos consumidores ouvidos precisarão pegar dinheiro em banco para comprar um veículo.

Ao vender carros para frotas, as montadoras abrem mão de margens de lucro mais polpudas.

Contudo, a medida tornou-se necessária para reduzir estoques e possibilitar a retomada das vendas. A indústria aposta que dias melhores virão mesmo em 2018, com crescimento do varejo.

Muitos dos carros repassados por venda direta retornam ao mercado como usados cerca de um ano depois. É o que ocorre com os automóveis vendidos a locadoras.

Algumas fabricantes pensam em soluções para essa questão. O grupo PSA Peugeot Citroën trabalha em um modelo de recompra, em que os automóveis voltariam como seminovos às concessionárias e seriam revendidos ainda com garantia vigente.

Apesar de a venda no varejo ainda não ser satisfatória, as montadoras estão satisfeitas com os dados de produção.

PRODUÇÃO EM ALTA

A fabricação de veículos no Brasil cresceu 27% entre janeiro e setembro de 2017 em comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com a Anfavea.

Foram produzidas 1,98 milhão de unidades no período, entre carros de passeio, comerciais leves, ônibus e caminhões.

Na comparação com agosto, houve queda de 9,2% na fabricação de autos. A oscilação é considerada normal pela associação de montadoras.

As vendas internas chegaram a 199 mil unidades em setembro. Houve queda de 8% na comparação com agosto, mas crescimento de 24,5% sobre setembro de 2016 -que foi o pior mês de vendas no ano passado.

O estoque é suficiente para atender a 33 dias de vendas, número considerado adequado pela Anfavea.

Venda cresce, e estoque da indústria de máquina agrícola está ajustado

06/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Colheita de soja em Canarana (MT)

Após a intensa queda de vendas de máquinas agrícolas há dois anos, as indústrias repensaram a forma de produção. Ajustaram a produção às vendas, evitando carregar estoques elevados.

A estratégia deu certo. A produção continua com bom desempenho neste ano, superando em 20% a de igual período de 2016, mas os estoques são pequenos.

Foram produzidos 35 mil tratores neste ano, 20% mais do que de janeiro a setembro de 2016. As vendas internas no atacado e as exportações já somam, todavia, 34,9 mil unidades. O setor tem atualmente poucas unidades não comercializadas.

O mesmo ocorre com as colheitadeiras, cuja produção atingiu 3.859 unidades neste ano. Vendas a concessionárias e exportações somam 3.461.

Essa estratégia de trabalhar com estoques mínimos e controlados exige uma atenção redobrada da indústria. Se houver uma recuperação rápida do mercado, o setor terá dificuldade para repor produto.

Além de olhar para o mercado brasileiro, a indústria tem de atender Argentina, Peru, Colômbia e Paraguai. O Brasil vem de uma supersafra de grãos, produção que poderá se repetir em 2018. E a expansão da produção ocorre também nos países vizinhos, que cada vez mais demandam máquinas.

A indústria brasileira obtém um aumento paulatino nas exportações. Neste ano, as vendas externas de máquinas agrícolas já superam em 39% as de igual período do ano passado.

Bom para os trabalhadores do setor, uma vez que o quadro de funcionários do segmento supera em 18% o de setembro de 2016, conforme dados divulgados nesta quinta-feira (5) pela Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores).

A produção acumulada de tratores supera em 11% a de igual período de 2016, e a de colheitadeiras, em 3%. Já a de colhedora de cana tem queda de 18%.

*

Grãos - A produção de cereais da União Europeia será de 301 milhões de toneladas neste ano, 1,3% acima da de 2016. Apesar do crescimento, fica abaixo dos 331 milhões atingidos em 2014.

Destaque - O trigo é o maior destaque na produção, atingindo 142 milhões de toneladas. Milho vem a seguir com 59 milhões.

França - A liderança na produção de grãos é da França, cujo montante será de 68 milhões de toneladas. A Alemanha, segundo maior produtor, terá 46 milhões.

Oleaginosas - A União Europeia deverá produzir ainda 40 milhões de toneladas de oleaginosas, bem acima dos 31 milhões de 2016.

Alta - Os preços dos grãos se recuperaram no mês passado, devido às perspectivas de estoques menores, segundo dados do Usda (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos).

Limites - A paridade entre estoques e consumo, porém, continua elevada, o que deverá limitar um avanço adicional dos preços, segundo analistas do Itaú.

Fiat Toro passa por recall por falha na injeção

06/10/2017 – Fonte: Automotive Business



A possibilidade de problemas na central de injeção de combustível levou a FCA Fiat Chrysler a fazer um **recall** da **Fiat Toro** equipada com motor 2.4 Tigershark flex ano/modelo 2017/2018.

O problema envolve 223 unidades e pode resultar em perda de potência durante acelerações e retomadas de velocidade, como em ultrapassagens, o que aumenta o risco de acidentes e danos físicos e materiais ao motorista, passageiros e terceiros.

A falha também poderá ser percebida pelo acendimento da luz de injeção no painel de instrumentos. O problema será corrigido pela substituição da central de injeção. Os agendamentos começam a partir do dia 9 de outubro e devem ser feitos pelo telefone 0800 707 1000.

O tempo de reparo é de aproximadamente uma hora. Os números de chassi envolvidos (não sequenciais) vão de 988226106JKB26876 a 988226106JKB44174.

Também pelo 0800 707 1000 ou no site www.fiat.com.br é possível consultar se o chassi de seu carro está envolvido e obter outras informações.

Produção em alta traz emprego de volta

06/10/2017 – Fonte: Automotive Business

Mais de 480 pessoas que estavam em layoff e PSE retornam aos seus postos em setembro



A **produção** de veículos registra mais um crescimento ao fechar os números de setembro, acumulando alta de 27% no ano sobre igual período de 2016: já são mais de 1,98 milhão de unidades entregues nos nove meses completos de 2017, considerando leves e pesados.

Por causa da maior demanda, as montadoras estão chamando de volta os trabalhadores que estavam afastados por layoff ou pelo PSE (Programa de Seguro-Emprego). Em setembro, quase 500 trabalhadores – precisamente 489 pessoas – retornaram aos seus postos de trabalho, de acordo com dados divulgados na quinta-feira, 5, pela Anfavea, associação das fabricantes.

O total de afastados pela indústria fechou setembro em 5.831 contra os 6.320 computados em agosto: eram 3.432 em layoff e 2.888 no PSE, o que passou para 2.964 e 2.867, respectivamente.

“Esses instrumentos são importantes em períodos de crise e à medida que há uma retomada, as pessoas vão reocupando suas funções”, afirma o vice-presidente da Anfavea, Rogelio Golfarb, ao apresentar o balanço da indústria até setembro.

Por outro lado, ao solicitar que os trabalhadores afastados retomassem seus postos, não houve necessidade em abrir novas vagas. O número de empregados ficou estável na passagem de agosto para setembro, com os mesmos 126,2 mil funcionários, ao mesmo tempo em que este é o maior volume total de empregados registrado no ano, uma vez que este total sempre oscilou entre 124 mil e 125 mil de janeiro a julho.

Apesar do maior número de trabalhadores na ativa em setembro, o volume entregue pela indústria caiu 9,2% com relação a agosto, passando de 260,9 mil para 236,9 mil, reflexo do menor número de dias úteis do mês passado, quando ocorreu feriado nacional de independência. Contudo, a retomada das atividades do setor se consolida na comparação com setembro de 2016, neste caso, há um aumento de 39,1%.

O estoque das montadoras encerrou setembro com 224,1 mil veículos, dos quais 151,8 mil estacionados nas concessionárias e os demais 72,3 mil nos pátios das fábricas, também somando leves e pesados. Este total, segundo a Anfavea, equivale a 34 dias de vendas, considerando a média de vendas do mês. “Estoques absolutamente normais; o mercado está bem abastecido”, observa Golfarb.

Na projeção revisada, a Anfavea espera produzir 2,7 milhões de veículos em 2017, o que representaria aumento de mais de 25% sobre o total fabricado no ano passado, que foi de 2,15 milhões. O volume esperado pela entidade também será maior que a média de produção dos últimos 10 anos, que foi de 2,31 milhões.

Montadoras elevam produção de caminhões em 27,3%

06/10/2017 – Fonte: Automotive Business



A **produção de caminhões** em setembro somou 7,6 mil unidades, registrando queda de 10,5% em relação a agosto por causa do menor número de dias trabalhados em razão do feriado da Independência, mas o confronto com setembro de 2016 revela acréscimo de 56,8%. No acumulado do ano foram fabricadas 59 mil unidades, resultando em acréscimo de 27,3% sobre o mesmo período de 2016. Na comparação com o acumulado até agosto a produção avançou 4,8 pontos percentuais.

Os números foram divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). O crescimento continua contando com a ajuda das vendas ao exterior, que ainda têm espaço para aumentar: "Por causa da grande quantidade de fábricas de caminhões no Brasil, temos exportações de vários segmentos e é possível crescer, mas os maiores volumes ainda estão em caminhões semipesados e pesados", admite o vice-presidente da Anfavea, Rogério Rezende.

No acumulado até setembro o Brasil exportou 21,5 mil caminhões, anotando alta de 40,9% sobre o mesmo período do ano passado. Os embarques correspondem a 36,4% dos caminhões produzidos este ano. Os modelos semipesados tiveram crescimento de quase 90% com a exportação de 7,9 mil unidades.

VENDAS INTERNAS: ALTA PARECE IMPROVÁVEL EM 2017

O mercado interno demonstra desde maio leve recuperação para a venda de caminhões. "Tivemos ajuda do agronegócio e também da mineração", diz Rezende. No entanto, os emplacamentos no acumulado até setembro registram 35,4 mil unidades e ainda persiste uma queda de 9% em relação ao mesmo período do ano passado.

De todos os segmentos, o único que registra alta sobre 2016 é o de pesados (12,5 mil unidades no acumulado do ano e alta de 5,8%). É verdade que o último trimestre costuma ser mais forte, mas parece pouco provável que a venda interna de veículos pesados (caminhões e ônibus) termine o ano com crescimento de 3,6%, conforme a projeção da Anfavea.

AJUDA EXTERNA TAMBÉM PARA ÔNIBUS

A produção de ônibus em setembro atingiu 1,7 mil unidades e anotou retração de 23% em relação a agosto, outra vez por causa do menor número de dias trabalhados. No acumulado do ano foram fabricadas 16,2 mil unidades, resultando em alta de 11,6% sobre o mesmo período de 2016.

As exportações no período somaram 6,7 mil unidades, mais de 40% da produção total. Os ônibus urbanos respondem por quase metade daquilo que é enviado ao exterior: "Os ônibus rodoviários ainda terão espaço para crescer em mercados como Argentina, Irã, México e Peru, que já são grandes clientes nesse segmento", diz Rezende.

As vendas de ônibus no mercado interno somaram 8,6 mil unidades no acumulado do ano, resultando em queda de 7,9% ante os mesmos meses do ano passado. Um mês

atrás a Anfavea ainda confiava na licitação para renovação da frota de ônibus da cidade de São Paulo antes do fim do ano, mas a entidade já não sabe quando ocorrerá: “Está enroscada, foi adiada algumas vezes”, afirma Rezende. A frota de São Paulo é a maior do País, com cerca de 15 mil ônibus.

Anfavea prefere cautela com projeção de vendas

06/10/2017 – Fonte: Automotive Business



Enquanto a Fenabreve, que representa os concessionários, revisou sua projeção de vendas de veículos leves este ano para um otimista crescimento de quase 10%, a **Anfavea**, associação dos fabricantes, prefere mais cautela ao observar o comportamento do mercado – e manteve inalterada sua previsão, revisada para cima há um mês, de alta de 7,4% nos emplacamentos de automóveis e comerciais leves em 2017.

“Apesar da expansão do PIB, temos de considerar que emprego, renda e inadimplência ainda não voltaram aos mesmos níveis de antes. Por isso mantemos um pouco mais de cautela nas estimativas. Mas o importante é que ambas as associações estão prevendo crescimento importante”, avalia Rogelio Golfarb, primeiro vice-presidente da Anfavea, durante a divulgação dos resultados da indústria na quinta-feira, 5.

Em setembro as vendas de automóveis, utilitários, caminhões e ônibus somaram 199,2 mil veículos, em expressiva alta de 24,5% sobre o mesmo mês de 2016 e queda de 8% em relação a agosto passado.

“Houve menos dias úteis no mês passado, por isso a retração na comparação mensal, mas a média diária de vendas (9,96 mil por dia em 20 dias úteis) foi a melhor deste ano. É isso que contribuiu para o crescimento tão elevado observado na comparação com o mesmo mês do ano passado, pois setembro de 2016 teve a pior média diária de emplacamentos daquele ano, então a base é muito baixa”, explica Golfarb.

No acumulado de nove meses, a alta registrada no ano já é de 7,4% (justamente a previsão da Anfavea para 2017 inteiro), com 1,62 milhão de veículos vendidos de janeiro a setembro.

“É preciso lembrar que até maio passado o cenário foi de retração, só depois disso as vendas começaram a crescer gradativamente. Esse crescimento deve continuar, mas em ritmo menor. Continuamos a apostar na recuperação do mercado, mas não com a mesma aceleração de setembro”, afirma Golfarb.

VENDAS DIRETAS

Este ano as vendas diretas das montadoras, normalmente feitas com grandes descontos a grandes frotistas (principalmente locadoras), estão sustentando quase todo o crescimento do mercado interno, já são responsáveis por quase 40% (39,3%) dos emplacamentos de veículos leves, com 35% dos automóveis e 65% dos comerciais leves vendidos dessa forma. Golfarb admite que a situação rebaixa a rentabilidade das empresas e não é sustentável por muito tempo, “mas é melhor do que estava antes, com retração severa das compras”, pondera.

“Vemos crescimento nas vendas diretas e nas para pessoas físicas (varejo) também.

Os índices de confiança do consumidor estão subindo, ainda não estão no nível de otimismo, mas o importante é a tendência de melhoria. Com o PIB em crescimento e mais confiança, as vendas de veículos também acabam crescendo”, avalia.

O nível dos estoques, segundo Golfarb, “está em níveis normais, não representa preocupações no momento”. Em agosto, existiam 220,5 mil veículos produzidos à espera de compradores nos pátios das montadoras e nas concessionárias, o equivalente a 31 dias de vendas. Em setembro o número subiu levemente para 224,1 mil, ou 34 dias pelo ritmo de emplacamentos do mês.

Anfavea trabalha com expectativa de definição do rota 2030 até o fim do ano

06/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

Apesar do atraso no programa, a Anfavea, entidade que representa as montadoras instaladas no País, disse nesta quinta-feira, 5, que trabalha com a expectativa de definição até o fim do ano da política setorial que vai substituir o Inovar-Auto, como é chamado o regime automotivo condenado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na apresentação dos resultados do setor em setembro, o vice-presidente da entidade, Rogelio Golfarb, atribuiu a demora à complexidade do novo regime, o que tem gerado um “processo negocial intenso”.

No entanto, o executivo destacou que já houve grande avanço em relação ao conceito do programa e que agora a negociação se dá em cima das métricas, como quais metas de eficiência energética e segurança veicular terão que ser perseguidas pelas montadoras a partir do ano que vem, bem como a definição dos estímulos à pesquisa e desenvolvimento – esse último, um tema que encontra resistência no ministério da Fazenda em razão de seu impacto fiscal.

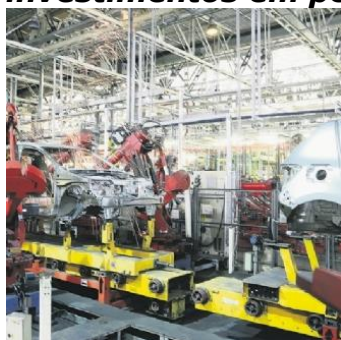
Golfarb confirmou que departamentos jurídicos do governo concordaram que não existe a necessidade de o regime obedecer “noventena”, a regra que exige que mudanças tributárias sejam publicadas 90 dias antes de entrar em vigor. Se fosse o caso, a nova política setorial, que foi batizada de Rota 2030, deveria ter sido publicada na última terça-feira, de forma que entrasse em vigência logo após o fim do Inovar-Auto, marcado para 31 de dezembro.

Durante a coletiva, Golfarb observou que as negociações em torno do Rota tocam em temas críticos à indústria automobilística, como os incentivos à pesquisa e desenvolvimento, mas também há, por outro lado, a preocupação com a situação econômica do País.

Ministério da Fazenda resiste à perda de arrecadação e barra Rota 2030

06/10/2017 – Fonte: DCI

Plano deveria ter sido anunciado na terça-feira, mas permanece o embate entre o setor e o governo sobre o abatimento de IPI em troca de investimentos em pesquisa e desenvolvimento



As montadoras esperam que a nova política industrial do setor incentive a pesquisa e o desenvolvimento.

As discussões acerca do novo regime automotivo, intitulado Rota 2030, estão paradas no Ministério da Fazenda, segundo apurou o DCI. Para que o programa entre em vigor em janeiro de 2018, o presidente Michel Temer pode ter que arbitrar no caso.

O Rota 2030 era para ter sido anunciado na última terça-feira (03), porém, hoje não há previsão de quando vai ser publicado, dizem fontes do governo. "As bases do Rota 2030 já estão sedimentadas, mas o Ministério da Fazenda não está deixando o tema avançar", explica.

O regime automotivo vigente, o Inovar-Auto, prevê, entre outras medidas, uma sobretaxa de 30 pontos do Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) para veículos que não são fabricados localmente. Já os importados têm uma cota de 4,8 mil veículos sem essa majoração.

A primeira proposta aventada para o Rota 2030 era a de que essa sobretaxa seria derrubada, deixando veículos nacionais e importados apenas com o "pênalti" de 35% do Imposto de Importação. Contudo, o texto atual deve determinar uma sobretaxa de 10 pontos do IPI para todos os veículos vendidos localmente, desde que cumpram metas de eficiência energética.

Mas a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) não confirma a medida. "São muitos agentes envolvidos e leva tempo para negociar. Esperamos que tudo seja levado ao presidente [Michel Temer] como um consenso", declarou nesta quinta-feira (05) o vice-presidente da entidade, Rogélio Golfarb, em divulgação de balanço do setor.

Entretanto, de acordo com uma fonte do governo, o impasse entre a Fazenda e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) traz muitas incertezas sobre o avanço do debate. "Pode ser que o presidente Temer tenha que arbitrar no caso."

Outro impasse na discussão é o abatimento de um a dois pontos percentuais do IPI para empresas que investirem uma fatia pré-estipulada do faturamento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), o que está vigente no Inovar-Auto e também foi um pleito do setor para o Rota 2030. Para as montadoras, trata-se de um investimento. Segundo a Fazenda, uma renúncia fiscal.

"O consenso todo do Rota 2030 já foi construído, mas falta a Pasta [Fazenda] aprovar a questão do IPI", assinala a fonte do governo.

Golfarb, da Anfavea, destacou que a entidade espera aprovar o programa até o final deste ano, mas sem dar detalhes sobre quando isso deve acontecer. Para o diretor-executivo Aurélio Santana, "quanto mais cedo o Rota 2030 for aprovado, mais tempo as empresas terão para se preparar para as novas regras."

Crescimento das vendas

Enquanto as discussões acerca do novo regime elevam as temperaturas na área institucional do setor, os números da indústria só melhoram. Segundo a Anfavea, de janeiro até setembro a produção de veículos cresceu 27% sobre igual período do ano passado, para 1,98 milhão de unidades.

Os licenciamentos também têm conseguido manter trajetória de crescimento, ainda que de maneira bem menos robusta, com uma alta de 7,4% na mesma base, para 1,62 milhão de veículos.

Já as exportações totalizaram 566 mil unidades no acumulado do ano, a melhor performance do setor desde 2005, revela a Anfavea.

Petrobras anuncia alta de 1,90% no preço da gasolina e de 0,60% no diesel

06/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

A Petrobras anunciou um novo reajuste para os combustíveis, com aumento de 1,90% no preço da gasolina nas refinarias e alta de 0,60% no preço do diesel. Os novos valores valem a partir deste sábado, dia 7 de outubro.

A nova política de revisão de preços foi divulgada pela petroleira no dia 30 de junho. Com o novo modelo, a Petrobras espera acompanhar as condições do mercado e enfrentar a concorrência de importadores.

Em vez de esperar um mês para ajustar seus preços, a Petrobras agora avalia todas as condições do mercado para se adaptar, o que pode acontecer diariamente. Além da concorrência, na decisão de revisão de preços, pesam as informações sobre o câmbio e as cotações internacionais.

Toyota planeja montar novo Auris no Reino Unido por acreditar em acordo de transição para Brexit

06/10/2017 – Fonte: R7

A montadora japonesa Toyota pretende desenvolver a próxima versão do seu carro Auris em sua fábrica no Reino Unido, partindo do pressuposto de que o governo britânico assegurará um acordo de transição para o Brexit, disseram duas pessoas familiarizadas com o assunto.

A decisão final deve ser tomada até o final do ano, de acordo com as fontes e um documento do governo apresentado à Reuters com base no livre acesso a informação. O novo Auris manteria de uma das maiores fábricas do Reino Unido em operação, asseguraria milhares de empregos e forneceria um apoio bem-vindo à primeira-ministra Theresa May.

A Toyota monta a atual geração do Auris em sua fábrica de Burnaston, na Inglaterra, com produção prevista para se encerrar por volta de 2021, mas as empresas tomam decisões sobre os modelos com até três anos de antecedência, em parte para organizar a cadeia de fornecimento.

"A administração da Toyota britânica tem trabalhado com suposição de que o Reino Unido manterá a nova geração do Auris, porque é muito cedo para determinar a natureza do relacionamento comercial com a União Europeia", disse à Reuters uma das fontes.

"Eles acreditam que haverá um período de transição", de acordo com a fonte, que disse que a empresa provavelmente vai construir o Auris de última geração na Grã-Bretanha.

A decisão final será tomada pelo conselho da Toyota até o final do ano e anunciada pouco depois, disseram as fontes.

A Toyota se recusou a comentar o assunto. Um porta-voz do Ministério de Negócios Estrangeiros do Reino Unido disse que esta é uma questão comercial para a montadora.

Em março, a empresa anunciou intenção de investir 240 milhões de libras (314 milhões de dólares) para atualizar a nova plataforma global de construção de carros, mas ainda não confirmou quais os modelos que vai construir no futuro.

A decisão de investimento na plataforma foi ajudada por uma carta do governo britânico que tranquilizou a empresa sobre acordos comerciais pós-Brexit, disseram as fontes à Reuters.

A indústria automobilística da Grã-Bretanha está preocupada que tarifas de 10 por cento, verificações nas fronteiras e a perda do livre acesso à Europa possam comprometer a viabilidade de suas fábricas, caso a primeira-ministra não consiga garantir um bom acordo para a saída do país do bloco europeu.

UE decide sobretaxar aço laminado a quente do Brasil por dumping

06/10/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



Indústria da CSN onde é feita a transformação de ferro líquido em aço líquido, em Volta Redonda (RJ)

A União Europeia (UE) decidiu sobretaxar o aço laminado a quente do Brasil, Irã, Rússia e Ucrânia, após queixa de siderúrgicas europeias de que o produto usado para construção e maquinários estava sendo vendido a preços excessivamente baixos.

A UE cobrará uma tarifa antidumping de € 17,60 a € 96,50 (R\$ 64,60 a R\$ 354) por tonelada a partir de sábado (7), informou o diário oficial do bloco na sexta-feira.

A Comissão Europeia inicialmente havia proposto estabelecer um preço mínimo —de € 472,27 por tonelada—, mas revisou a proposta depois de não receber o apoio de países membros da UE.

Entre as empresas sujeitas à sobretaxa estão as unidades brasileiras de ArcelorMittal e Aperam, que também produzem na Europa, a Companhia Siderúrgica Nacional, Usiminas e Gerdau —com taxas entre € 53,40 e € 63 por tonelada.

O aço iraniano estará sujeito a uma taxa de € 57,50 por tonelada e a ucraniana Metinvest Group à cobrança de € 60,50.

As taxas para os produtores russos variaram entre € 17,60 para a PAO Severstal, € 53,30 para a Novolipetsk Steel e € 96,50 por tonelada para a MMK.

A Comissão também encerrou sua investigação sobre as importações de aço da Sérvia sem propor medidas.

Minério mergulhou em setembro? a explicação pode estar nas exportações da Austrália

06/10/2017 – Fonte: Inda

Os embarques de minério de ferro da Austrália estão crescendo em um momento em que as mineradoras do maior exportador mundial vêm ampliando os carregamentos e

dados de monitoramento de navios indicam que os fluxos em todo o país se expandiram novamente no mês passado para perto de uma alta histórica.

Os embarques realizados em seis portos, incluindo Port Hedland, totalizaram 74,36 milhões de toneladas em setembro, segundo dados da Global Ports em NOON IRON compilados pela Bloomberg. O número contrasta com a estimativa de 72,2 milhões de toneladas para agosto. O mês mais movimentado da história foi dezembro de 2016, quando as exportações foram de 75,2 milhões de toneladas, segundo dados do Escritório de Estatísticas da Austrália.

O minério de ferro mergulhou em bear market no mês passado em meio à preocupação com o aumento da oferta da Austrália e do Brasil e com a perspectiva de consumo geral mais fraco na China após o governo ordenar cortes de produção no inverno para limpar o ar.

A Austrália abriga três das quatro maiores exportadoras do mundo, Rio Tinto, BHP Billiton e Fortescue Metals, além da nova participante Roy Hill Holdings. O polo de mineração de Pilbara tem depósitos de alta qualidade, que estão em demanda porque a China está procurando reduzir a poluição.

Os números demonstram que "as exportações de minério de ferro de Pilbara continuam extremamente fortes e que a China continua comprando todo o minério de alta qualidade que a Austrália é capaz de produzir", disse Gavin Wendt, diretor-fundador e analista sênior de recursos da MineLife. "Os preços provavelmente continuarão desafiando os céticos."

Existem outras indicações de aumento das exportações. As quatro principais mineradoras da Austrália exportaram cerca de 70,9 milhões de toneladas em setembro, aumento de 8 por cento em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o UBS Group, citando dados de movimentação de navios.

A taxa de embarque anualizada coletiva delas atingiu um recorde de 862 milhões de toneladas por ano, afirmou o banco em nota, nesta semana.

Embarques globais

A Sanford C. Bernstein afirmou que os carregamentos mundiais das principais produtoras, incluindo a brasileira Vale, foram estimados em 315,1 milhões de toneladas no terceiro trimestre, aumento de 5,3 por cento em relação ao ano anterior, segundo relatório semanal de monitoramento de navios de 28 de setembro. A Vale está acelerando seu gigantesco projeto S11D.

O minério de ferro à vista com 62 por cento de teor ferroso em Qingdao caiu para US\$ 62,05 a tonelada na sexta-feira, menor patamar desde 6 de julho, após um recuo de quatro semanas, segundo a Metal Bulletin.

Os preços -- que se mantiveram estáveis desde então, com um feriado nessa semana na China -- caíram 21 por cento neste ano.

"Não estou particularmente surpreendido com os volumes de setembro, considerando a força do mercado de fretes de capesize desde o início de agosto", disse Ralph Leszczynski, chefe de pesquisa da corretora de navios Banchemo Costa, em referência às embarcações que transportam minério.

"Como os embarques físicos reais ocorrem com um atraso de algumas semanas em comparação com a fixação de contratos de frete, acho que isso aponta que teremos volumes bastante elevados transportados também em outubro."

Saiba a diferença entre o Metalon e o Tubo Quadrado de aço

06/10/2017 – Fonte: Inda

A tecnologia vem avançando em todos os segmentos. Em áreas como engenharia e infraestrutura não imaginamos como os resultados obtidos por meio de novas técnicas estão ajudando profissionais a realizarem obras de forma mais rápida e segura.

Conhecer o material é tão importante quanto saber qual método será empregado na realização do projeto. Metalon ou ferro, plástico ou resina, concreto ou cimento, todos esses produtos e suas especificações devem ser conhecidas para que o resultado fique alinhado com o que foi planejado, principalmente quando em se tratando da infraestrutura, etapa que demanda cuidados com a segurança e orçamento do projeto. Veja as principais características de cada produto

Um dos materiais básicos de qualquer estrutura são tubos e barras metálicas. De diferentes modelos podem ser aplicados em muitas áreas e para diversas funções. Alguns desses tipos foram generalizados pelo público como é o caso do Metalon e do tubo quadrado de aço, que são parecidos, mas possuem algumas diferenças. Veja as especificações de cada um:

Metalon

São tubos de aço carbono que podem ser quadrados ou retangulares. São costurados, ou seja, foram feitos a partir de uma chapa que sofreu dobras e foi emendada por solda. Como são produzidos por chapas de aço, podem ser vendidos com diversas espessuras que variam de 0,75 mm a 3,00 mm sempre em barras de 6000 mm de comprimento (6 metros). Essa variedade da parede do tubo ajuda a escolher a melhor medida para o projeto. Podem ser galvanizados, conferindo uma proteção contra corrosão.

Tubo Quadrado de Aço

Todas as normas mencionadas no Metalon se aplicam ao tubo quadrado, com exceções do formato (neste caso estritamente quadrado) e em sua constituição. O tubo quadrado pode ser com costura ou sem costura. Este último é quando o tubo é feito de um cilindro sofrendo ação de calor extremo para ficar oco e poder ser moldado no formato quadrado. Devido à sua produção mais complexa, são mais caros e difíceis de encontrar no mercado, porém, são perfeitos para utilização em locais que sofrerão alta pressão e mudanças extremas de temperatura.

Diferentes utilidades dentro da construção civil

A construção civil é o segmento que utiliza constantemente o Metalon e o tubo quadrado, principalmente na infraestrutura das construções. Neste momento, saber qual espessura da parede do tubo será utilizado é importante para a segurança da obra. Nem sempre a escolha do material mais grosso será a decisão mais acertada, levando em consideração o custo que um grande número de peças pode causar na obra.

Para a utilização em áreas externas, como na produção de portões e janelas, por exemplo, a escolha do tubo galvanizado é um investimento que vale à pena, tendo em vista que estarão sofrendo ação constante do sol e da chuva. É importante ressaltar que matérias que receberam ação de altas temperaturas como solda ou maçarico devem receber a aplicação de um anticorrosivo como zarcão para uma proteção extra.

Esse material ganhou grande espaço na construção civil muito pela sua versatilidade e aplicação em setores da infraestrutura e acabamento da obra. Outra vantagem que pode facilitar a escolha do Metalon é a sua facilidade na limpeza e na renovação da pintura.

Confira mais benefícios:

Baixo custo
Durabilidade
Versatilidade
Manutenção

Resultado da inflação é reflexo da política econômica adotada, diz Temer

06/10/2017 – Fonte: EM.com

O presidente da República, Michel Temer, comemorou nesta sexta-feira, 6, o resultado da inflação acumulada neste ano. "A inflação acumulada no ano é a mais baixa em 19 anos. Reflexo da política econômica adotada quando assumi o governo", postou o presidente no Twitter.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou nesta sexta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de setembro, que registrou alta de 0,16% ante o mês anterior.

O resultado ficou no teto das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que previam uma alta entre 0,03% e 0,16%. No ano, o IPCA acumula alta de 1,78%, o que é a mais baixa taxa para o período de janeiro a setembro, desde 1998, quando o índice ficou em 1,42%.

No acumulado em 12 meses, no entanto, o IPCA subiu para 2,54% em setembro. Nos 12 meses terminados em agosto, o índice acumulado era de 2,46%.

IPCA em 12 meses tem primeira alta desde agosto de 2016

06/10/2017 – Fonte: Tribuna PR

A inflação de 0,16% medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em setembro fez a taxa acumulada em 12 meses voltar a subir. Passou de 2,46% em agosto para 2,54% em setembro e foi o primeiro avanço na taxa em 12 meses desde agosto de 2016. Os dados foram divulgados nesta sexta-feira, 6, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos 12 meses encerrados em agosto de 2016, o IPCA havia subido para 8,97%, ante 8,74% em julho daquele ano. Em setembro de 2016, o IPCA foi de 0,08%. A taxa acumulada no ano de 2017, de 1,78%, é a mais baixa para o período de janeiro a setembro desde 1998, quando havia ficado em 1,42%.

Grupos

As famílias brasileiras voltaram a gastar menos com alimentação em setembro, pelo quinto mês consecutivo. O grupo Alimentação e Bebidas saiu de uma queda de 1,07% em agosto para um recuo de 0,41% no último mês, segundo os dados do IPCA agora divulgados. O grupo Alimentação, que responde por 25% das despesas das famílias, deu uma contribuição de -0,10 ponto porcentual para o IPCA de 0,16% de setembro.

Os alimentos para consumo em casa passaram de uma redução de 1,84% nos preços em agosto para uma queda de 0,74% em setembro. A desaceleração no ritmo de queda teve influência do encarecimento de itens importantes no consumo das famílias, como as carnes, que passaram de redução de 1,75% em agosto para aumento de 1,25% em setembro, e as frutas, que saíram de recuo de 2,57% em agosto para avanço de 1,74% em setembro.

Por outro lado, ainda ficaram mais baratos em setembro o tomate (-11,01%), o alho (-10,42%), o feijão-carioca (-9,43%), a batata-inglesa (-8,06%) e o leite longa vida

(-3,00%). Todas as regiões pesquisadas tiveram redução na alimentação no domicílio no mês, sendo a mais acentuada na região metropolitana do Recife (-1,70%) até a mais branda em Goiânia (-0,08%).

Já a alimentação consumida fora de casa teve alta de 0,18% em setembro. Houve queda de 2,71% em Brasília, mas aumento de 0,96% no Rio de Janeiro.

Combustíveis sobem 1,91% e geram o maior impacto no IPCA de setembro, diz IBGE

06/10/2017 – Fonte: EM.com

Os combustíveis ficaram 1,91% mais caros em setembro, o maior impacto positivo sobre a inflação do mês, o equivalente a uma contribuição de 0,10 ponto porcentual para a taxa de 0,16% registrada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os dados foram divulgados nesta sexta-feira, 6, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O litro do etanol subiu, em média, 0,63% em setembro, enquanto a gasolina aumentou 2,22%. Dentro do período de coleta do IPCA de setembro, foram anunciados pela Petrobras 19 reajustes de preços da gasolina que, acumulados, resultaram em um aumento de 4,65% nas refinarias.

Em contrapartida, os ônibus urbanos tiveram redução de 0,97% no mês.

"Isso foi a redução na tarifa de ônibus no Rio de Janeiro, que passou de R\$ 3,80 para R\$ 3,60, em 2 de setembro", disse Fernando Gonçalves, gerente da Coordenação de Índices de Preços do IBGE.

As passagens aéreas saltaram 21,90% no mês, o equivalente a um impacto de 0,07 ponto porcentual sobre o IPCA.

"O aumento nos preços das passagens aéreas foi por causa da realização do Rock in Rio em setembro", justificou Gonçalves.

Os gastos das famílias com transportes subiram 0,79% em setembro e pressionaram o IPCA em 0,14 ponto porcentual.

Consumo de energia elétrica no Brasil fecha setembro com alta de 2,3%, diz CCEE

06/10/2017 – Fonte: Reuters

O consumo de energia elétrica no Brasil encerrou setembro com alta de 2,3 por cento ante o mesmo período do ano passado, informou nesta quinta-feira a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O consumo somou 60.663 megawatts médios no mês, disse a CCEE.

No mercado regulado, atendido pelas distribuidoras, houve queda de 1,3 por cento.

No mercado livre, onde grandes clientes negociam o suprimento em contratos bilaterais, o consumo subiu 12 por cento, em meio à maior migração de empresas para esse mercado.